

Lixão com os dias contados

Com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o governo local já prepara licitação para construir um aterro sanitário capaz de receber as 2,5 mil toneladas de lixo produzidas por dia no DF. Catadores comemoram a aprovação da lei

» HELENA MADER

O Lixão da Estrutural está saturado e representa um risco para o meio ambiente. No local, o chorume e o gás metano poluem o ar e o solo. Catadores trabalham em meio aos restos, cercados por moscas e urubus. Mas essa realidade terá que mudar em no máximo quatro anos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última segunda-feira, fixou esse prazo para o fechamento de todos os lixões do país. Eles terão que ser substituídos por aterros sanitários. Em Brasília, o projeto de implantação de uma nova área para abrigar as 2,5 mil toneladas de lixo produzidas por dia já está em andamento, mas terá que ser acelerado para que a capital federal se adapte às exigências da nova lei.

Além de garantir a preservação ambiental, a Política Nacional de Resíduos Sólidos beneficia também os catadores de lixo. Hoje, 60% dos 10 mil trabalhadores atuam em locais insalubres, como o Lixão da Estrutural. Apenas 4 mil estão organizados em cooperativas e separam o material para reciclagem em galpões ou em locais mais organizados. Para melhorar a vida dessas pessoas, o governo terá que efetivar a coleta seletiva para, assim, garantir material para esses catadores trabalharem.

Com relação à criação do novo aterro sanitário, que será construído em Samambaia, o projeto do SLU já está pronto. A licitação para contratação da empresa que ficará responsável pelo projeto — orçado em R\$ 300 milhões — foi lançada no ano passado. Mas o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a suspensão da concorrência pública depois de reclamações de empresas interessadas em participar da disputa. “A partir do momento em que a licitação for concluída, a vencedora terá prazo de um ano e meio para colocar o aterro em funcionamento. Depois disso, o Lixão da Estrutural será fechado e recuperado. Há

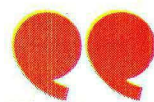
Fotos: Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Presidenta de uma cooperativa de catadores, Sônia Maria Silva acredita que sociedade e governo precisam se esforçar para a coleta seletiva ser implantada: garantia de que o lixo não será misturado

projetos para transformar a área em um parque”, garante o superintendente de Operações do SLU, Divino Santana.

Em Brasília, a maior preocupação é com os resíduos da construção civil, já que esse é um dos principais setores da economia da capital. Hoje, a maioria das empreiteiras contrata empresas especializadas para recolher o entulho e repassa a responsabilidade pelo material. Os restos das construções acabam, muitas vezes, jogados em locais como córregos e áreas públicas. “Pela nova lei, as construtoras ficarão responsáveis pelos resíduos gerados até a destinação final. Quem gerou esse entulho terá que ficar totalmente responsável por ele”, explica a chefe da



Finalmente, o governo local terá que parar de empurrar um problema grave com a barriga e será obrigado a fechar definitivamente o lixão”

Izabel Zaneti,
doutora em desenvolvimento sustentável pela
Universidade de Brasília

Assessoria de Planejamento Ambiental do Serviço de Limpeza Urbana, Juliane Berber.

Para se adequar à legislação, o governo local terá que efetivamente implantar a coleta seleti-

va. Hoje, a iniciativa só funciona em algumas quadras do Plano Piloto, mas de forma isolada. Os estados e municípios que não fizerem a coleta dessa forma poderão até mesmo ficar proibidos de

receber repasses da União. Quem trabalha com a separação e a reciclagem de lixo comemorou a novidade. A catadora Maria Raimunda Sousa Nunes, 42 anos, vive de separar latas, garrafas e papéis para reciclagem há mais de 10 anos. “Somos profissionais e ainda estamos ajudando a cuidar do meio ambiente. Sem a coleta seletiva, fica difícil de a gente trabalhar”, explica Raimunda.

Para Sônia Maria Silva, presidente de uma cooperativa de catadores, é preciso esforço da sociedade e do governo para a implantação da coleta seletiva. “Muitas pessoas têm boa vontade, mas desistem de reciclar ao verem o caminhão de lixo misturar todos os produtos que elas tiveram trabalho para separar.

Tem que estimular as pessoas, mas também garantir que o lixo não vai ser misturado depois”, explica Sônia.

Doutora em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília, a pesquisadora Izabel Zaneti elogiou a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para ela, a nova legislação trará avanços na inclusão social e na educação ambiental. “Finalmente, o governo local terá que parar de empurrar um problema grave com a barriga e será obrigado a fechar definitivamente o lixão. Também é preciso implantar a coleta seletiva, que já está prevista nos contratos do governo com as empresas terceirizadas”, afirma a especialista.